



Próximo governo vai precisar aumentar os gastos até conseguir criar uma nova regra fiscal. Para isso, segundo especialistas, será necessário possuir capacidade de articulação com o Congresso

Orçamento sem espaço de manobra

» ROSANA HESSEL

Um dos maiores problemas do próximo governo, o Orçamento de 2023 será aprovado pelo atual Congresso e não deve abrir muito espaço de manobra para quem vencer as eleições poder cumprir as promessas de campanha. A avaliação é da economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria. Pelas contas da analista, as despesas com as bombas fiscais armadas e que não estão no Orçamento, como a manutenção das desonerações sobre os combustíveis e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e promessas como o auxílio de R\$ 600 e o reajuste do funcionalismo, chegam a R\$ 275 bilhões.

“O Orçamento apresentado pelo Legislativo está muito distante da realidade e ainda é preciso considerar outras despesas que não estão incluídas. Tem também a questão dos precatórios, que deverá ter um volume importante no ano que vem, que será muito difícil ser administrado por quem vencer nas urnas em um cenário de desaceleração da economia”, alerta Alessandra. Para ela, será inevitável que o próximo governo peça uma licença para aumentar os gastos até conseguir criar uma nova regra fiscal. E, para isso, terá que ter muita capacidade de articulação com o Congresso nesse processo. De acordo com Sílvia Matos,

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Congresso mais autônomo e bombas fiscais estão entre os desafios

coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), que prevê queda de 0,4% no PIB de 2023, houve alguns avanços do ponto de vista econômico no atual governo, mas será bastante desafiador para o próximo presidente conseguir fazer a economia crescer e até mesmo aumentar os gastos. “Um dos principais problemas, que não deixa de ser um fator positivo, será o espaço fiscal restrito até para fazer políticas públicas ruins”, destaca. Um dos problemas do atual governo foi não ter cumprido a promessa de melhorar a qualidade do gasto e rever

despesas que não dão impacto na atividade econômica, como desonerações, aproveitando relatórios existentes, inclusive um do Banco Mundial de 2017, que mostram onde há gastos desnecessários e que não contribuem para o crescimento do país.

Rombo fiscal

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, destaca que o maior desafio para qualquer governo em 2023 será na esfera fiscal, pois, pelas contas dele, o rombo fiscal poderá ultrapassar R\$ 100 bilhões no ano que vem, confirmando que a melhora atual

nas contas públicas é pontual e nem um pouco sustentável. “Tem um déficit público esperado bastante grande para o ano que vem e ainda com incerteza em relação exatamente ao padrão de gasto que a gente vai ter, se vai ter aumento de salário mínimo ou não, se vai ter aumento de funcionalismo, o que que vai ser o Auxílio Brasil, precatórios”, alerta Vale, que estima avanço de 2% no PIB deste ano e um crescimento mais modesto, de 0,5% no ano que vem, em linha com a mediana das estimativas do mercado no boletim Focus, do Banco Central.

Ele ressalta que a solução dessa questão está ligada a todo o resto, porque se o novo governo encaminhar bem essa questão fiscal, é possível dar espaço para o BC ter mais tranquilidade para lidar com a inflação e poder começar a baixar, a partir de junho, a taxa básica de juros (Selic).

“Caso contrário, vamos ter um cenário bastante difícil. O ponto central e inicial é o fiscal. O resto vai se encaminhando”, frisa Vale. Para ele, a reforma tributária poderia avançar no primeiro semestre do ano que vem, e, em paralelo, é preciso uma regra fiscal crível, sem explosão de gastos. “Acho que essas duas reformas vão ocorrer no ano que vem e precisam acontecer para haver uma certa tranquilidade e, assim, evitar um ciclo de volta de inflação e desaceleração de crescimento.”

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Progresso ou insensatez

Segunda-feira se saberá se o Brasil apertará o passo para sair do pelotão das nações estagnadas e com elites desajuizadas e disputar a dianteira das grandes transformações tecnológicas que já marcam a década como a mais desafiadora e alarmante desde a Grande Depressão dos anos 1930. Ou se terá feito a opção pela covardia e insensatez.

A guerra na Ucrânia faz parte deste contexto, em que voltam à cena disputas por “espaços vitais”, acesso a fontes de insumos básicos à segurança industrial e alimentar cada vez mais crítica neste tempo de escassez hídrica em toda parte e fortes mudanças climáticas.

Não somos uma ilha de prosperidade inserida num mundo conturbado. Mas, sobretudo, não podemos ser, e é o que estamos sendo, ingênuos, entretidos pelo moralismo seletivo de políticos reacionários, tipo defender Estado mínimo para os outros e máximo para seu bem-estar e prosperidade pessoal, e histérios sobre costumes, assunto de foro íntimo de cada um para o liberal de verdade, não os de fachada como os que servem de estafetas da extrema-direita darwinista.

A quem interessa uma nação dividida, especialmente um gigante com o último grande mercado de consumo de massa no mundo não realizado, com dimensões continentais e recursos naturais cobiçados pelos que disputam o controle hegemônico das decisões geopolíticas? Pense...

O que as eleições determinarão é se seremos prendas dos predadores insidiosos ou parte do mundo que ambiciona transformações pela paz, impondo-se com soberania e instinto de liderança entre os fortes. A decisão do voto transcende a pauta da mediocridade que nos distrai.

O que nos falta? Visão de progresso, sinônimo de desenvolvimento — palavras tornadas malditas pela ideologia do descaço com os valores essenciais à integridade de uma nação, que começam e continuam, sem nunca terminar, com o bem-estar de sua gente.

Não há país forte com poucos afortunados, multidões de famintos e com a maioria lutando pela sobrevivência, sem tempo nem consciência para sonhar com algo melhor. Instabilidade política está no mundo, não é evento isolado, e suas raízes remetem ao medo do desconhecido neste tempo de transformações e de empobrecimento de classe social.

Estado mínimo

Para variar, estamos com discussões sobre as questões substantivas com atraso de décadas, como esta do Estado mínimo, defendida pelo ministro da Economia como o exemplo, aparentemente expresso com seriedade e não como anedota, de que não pode vender as praias por causa da burocracia e de veto da Marinha. Pareceu o candidato que só faltou defender nos debates da TV a privatização da covid...

A tudo isso assiste uma enorme ignorância arrogante, ovacionada em certos auditórios e regabofes empresariais como a demonstrar que o subdesenvolvimento tem método e faz parte de um projeto deliberado.

Têm sido frequentes, nos últimos dias, matérias na imprensa dando conta de como ficará a Petrobras depois das eleições pela ótica do detentor de ações da estatal, não de sua função estratégica para a reconstrução do progresso. Espera-se a sua conversão numa empresa de energia plena, considerando a transição em curso no mundo dos combustíveis fósseis para geração limpa (solar, eólica etc.).

O conservador civilizado

De acordo com o filósofo Russell Kirk (1918-1994), “uma economia obcecada por um suposto Produto Nacional Bruto — não importa o que seja produzido ou como — se torna desumana. Uma sociedade que pensa apenas numa suposta eficiência, independentemente das consequências para os seres humanos, trabalha sua própria ruína”. Um comunista?

Para os direitistas de Twitter, isso deve ser coisa do PSol. Kirk, na verdade, é o conservador raiz da história recente dos EUA.

Seu livro *The Conservative Mind: From Burke to Santayana* reintroduziu o estudo do filósofo inglês Edmund Burke no século XX e influenciou expressivamente nos EUA o conservadorismo. Hoje é um dos esteios intelectuais da nova direita do Partido Republicano, mais polida que Trump e convencida de que o fundamentalismo de mercado solapou o poderio dos EUA.

Essa é a discussão que importa. O resto é lobby de quem está feliz com a estrutura da economia no Brasil — foco na exportação de bens agrícolas e minérios; canalização dos recursos públicos para investimentos na logística exportadora dissociada do progresso ao longo das linhas férreas, rodovias, portos e aeroportos; e apoio à desconstrução de políticas sociais para abater o tal “custo Brasil” da indústria. E por quê? Para a indústria não pôr olho gordo sobre seu monopólio no acesso aos bancos públicos e facilidades fiscais.

Vetocracia do progresso

É assim estamos: numa “vetocracia” do desenvolvimento, que implica a desobstrução da remodelagem da indústria legitimada pela inovação tecnológica, e criação prioritária de empregos bem remunerados, não o trabalho precário que sugere a economia voando, ao criar a ilusão da queda do desemprego. Ilusão também do crescimento econômico com vias orçamentárias, compensados por juro real operado pelo Banco Central de 8% ao ano, o maior entre as grandes economias do mundo.

Isso é mais frágil que promessa de rigor fiscal de parlamentar do centrão, prima siamesa dos moralistas de plantão segundo os quais a corrupção é a causa dos infortúnios do país (como da Petrobras nos tempos da Dilma, exaurida não pelos desvios, mas pela determinação de que explorasse o pré-sal em situação de monopólio), assim como o suposto inchaço de pessoal do setor público.

O populista e os seus apoletas na imprensa, no Judiciário, nos partidos, sabem ser mais fácil atrair votos indignando o eleitor que contando-lhe a verdade.

As reformas necessárias são a da política, que moraliza partidos e seu custeio, e a da governança do Estado, muito mais relevante que a administrativa, que no fim só tunga bagrinhos da burocracia.

COMEÇA AQUI O MAIOR EVENTO DE FUTEBOL DO MUNDO. AGORA É ABRIR JUNTOS, COLAR JUNTOS E TROCAR JUNTOS.

© FIFA, FIFA's Official Licensed Product Logos, and the Emblems, Mascots, Posters and Trophy of the FIFA World Cup™ tournaments are copyrights and/or trademarks of FIFA.

panini.com.br

COMPRE O CORREIO E GANHE 1 ÁLBUM DA COPA FIFA 2022 PANINI + 4 FIGURINHAS! APENAS NESTE DOMINGO, 02 DE OUTUBRO.

CORREIO BRAZILIENSE